

# *A realidade arqueológica do litoral entre o Neiva e o Cávado: da romanização à formação das paróquias*

Carlos A. Brochado de ALMEIDA  
DCTP/FLUP

## **Resumo**

Quando a romanização se instalou na orla ocidental da Galeccia meridional havia uma razoável número de castros bem dimensionados e estruturados que viviam da exploração dos recursos marinhos e mineiros, sem descuidarem outros interesses como sejam a agricultura e a pastorícia. A influência romana fez-se sentir nos mais diversos domínios, modificando hábitos alimentares, modo de vestir e de comerciar e deixou profundas marcas no interior dos povoados, patentes na tipologia das habitações e na alterações urbanísticas nem sempre bem conseguidas. Com o advento da romanização alguns povoados extinguiram-se, mas outros não. “Cidade Velha” de Santa Luzia, Castelo de Neiva e Castro de São Lourenço são exemplos mais que convincentes. As populações que abandonaram os castros desceram para as terras agrícolas da periferia dando origem a *villae*, casais e mesmo a pequenas unidades agrícolas. Eram servidas por uma rede de estradas secundárias e regionais cuja importância se dilatou no tempo e chegou até à actualidade. O abandono definitivo dos castros ocorreu no fim do Império, mas casos há onde se viveu ali nos primeiros séculos da Alta Idade Média. A mudança de administração no fim do império não influiu, muito, na economia da região. Mais grave foi a tentativa de colonização muçulmana, mas que não originou nenhuma ruptura que implicasse um ermamento prolongado.

**Palavras – chave:** Castro, romanização, comércio, agricultura, vias de circulação, travessia de rios, pontes

## **Abstract**

When romanization began to settle on the western edge of southern Galeccia there was a reasonable number of well-sized and structured settlements that survived on the exploitation of marine and mining resources, without neglecting other interests such as agriculture and shepherding. The Roman

influence was felt in many different fields, changing food, dress and trade habits and left deep marks in the interior of the settlements, such as in the typology of dwellings and urban modifications that were not always well achieved. With the advent of Romanization some villages were extinguished, but not all of them. "Cidade Velha" of Santa Luzia, Castelo de Neiva and St. Lawrence Castro are more than convincing examples. The people who abandoned the castros descended to agricultural lands situated on the outskirts of the castros giving birth to *villae*, casais and even small farms. These were served by a network of secondary and regional roads that gained importance over time and still exist in the present. The permanent abandonment of castros occurred at the end of the Empire, but there are cases where people still lived there in the early centuries of the Middle Ages. The change of administration at the end of the Empire did not affect much in the economy of the region. More severe was the attempt of Muslim colonization, but that did not originate any serious break that would cause a prolonged desertion.

**Key-words:** Castro, Romanization, trade, agriculture, roads, river crossings, bridges

A presença romana nesta faixa litoral do Minho pautou-se por um equilíbrio entre as tradições indígenas e as novidades que advieram da fixação romana em Braga, transformada na capital de um dos *conventi* mais ocidentais do Noroeste Peninsular.

O registo arqueológico diz-nos que os castros, não totalmente, mas em larga escala, continuaram a ser ocupados, não diremos em plenitude, mas, consoante os casos, em certos sectores do seu perímetro tradicional. É esse o caso de São Lourenço, do Senhor dos Desamparados, do Castelo de Neiva e mais para norte, da "cidade velha" de Santa Luzia. Olhando para estes casos pode dizer-se que em parte a tradição se manteve, mas que nos séculos que se seguiram, esta não ficou amarrada ao imobilismo. Habitou-se nos castros até uma época tardia da romanização, tal como se saiu para os campos, se abandonou o perímetro amuralhado e se ergueram explorações, pequenas e grandes, no epicentro de bons solos agrícolas, na proximidade de certas matérias-primas, na periferia das principais vias de comunicação.

As intervenções arqueológicas feitas em São Lourenço e em Castelo de Neiva revelam uma curiosa diacronia ocupacional. Em qualquer dos casos, mais no primeiro que no segundo, a presença de moradores extravasou para lá da presença administrativa romana na região.

Em São Lourenço há um vasto sector - o D - com casas rectangulares construídas sobre outras circulares ou que aproveitaram parte das anteriores estruturas. Está bem datado porque tem cerâmicas romanas, nomeadamente sigillatas hispânicas tardias e cinzentas finas aparentadas às páleo-cristãs e uma série de moedas romanas do tempo da monarquia constantiniana. Do mesmo período é a ocupação mais recente do Sector T, aquela onde se registam unidades típicas de um *vicus*, como são as oficinas dos mais variados serviços que prestavam apoio às populações que viviam ainda no interior do castro, mais às que haviam saído, em tempos anteriores, para a diáspora agrária.

Esta forte presença no castro durante o Baixo Império perdurou para lá da

presença da administração romana, pois há seguros indícios arquitectónicos no Sector D que pertencem ao período suévico-visigótico levantados sobre as casas rectangulares romanas do século IV e mesmo uma antiga casa circular que foi adaptada e de tal modo, que dá a ideia de uma estrutura com uma cabeceira em ferradura enquanto as paredes laterais são rectilíneas. Foi nas camadas estratigráficas que estão relacionadas a hibridez desta estrutura que foi recolhido um fragmento cerâmico gravado com um típico *crismón* páleo-cristão<sup>1</sup>.

Na restante área escavada deste Sector, para além de algumas moedas do século V, há a destacar cerâmicas regionalizadas de pastas esbranquiçadas ou acinzentadas, muito arenosas e quebradiças, aplicadas em formas utilitárias de cozinha, mormente panelas de bojo romboide, mas cuja principal matriz é a decoração vassourada que corre toda a superfície exterior. Este tipo de peças, com tal decoração, que é vulgar encontrar nas mais diversas estações arqueológicas tardo-romanas do Minho litoral – Facha (Ponte de Lima), Lobelhe (Vila Nova de Cerveira), Paço de Vila Cova (Barcelos), Santa Maria de Geraz do Lima (Viana do Castelo), Agra do Relógio e Igreja de Forjães (Esposende) (Almeida, 2003, 95-406) – costuma subdividir-se em dois grupos distintos: vassourado vertical e horizontal. O primeiro está maciçamente presente nas panelas ou potes usados nas cozinhas com cronologia que media entre o século V e o VI. O segundo acompanha, mais as ocupações que sobreviveram à primeira avalanche muçulmana, podendo-se dizer que são também coevas do começo da Reconquista Cristã da região.

Um outro habitat que foi ocupado até à ponta final da presença romana foi o castro de Moldes, vulgo Castelo de Neiva (Marques, 2003) .

Uma recente intervenção arqueológica feita na base setentrional do castro, num sítio onde é visível a muralha mais exterior, feita com dois muros exteriores e interiormente preenchida com terra, revelou os alicerces de um edifício de época romana, que tinha um pátio central. Os muros eram rectilíneos, feitos com pedra bem esquadriada e era fruto da remodelação de um edifício anterior, de proporções bem mais modestas. O interessante desta estrutura é que tinha um pátio central e que havia sido construído ainda no interior do antigo espaço amuralhado, já que não extravasa os limites impostos por este (Marques, 2013). O segundo aspecto digno de registo está relacionado com a grande percentagem de pesos de tear ali recolhidos, alguns cobertos com tinta azulada e que apontam para duas hipóteses a ter em atenção: os muros que definem o espaço habitacional de um casal de época tardo-romana tinha um forte interesse na fiação e na tecelagem; a segunda, sem excluir a primeira, pode levar a conclusão que o sítio também era um centro produtor de pesos de tear que depois eram colocados no circuito comercial<sup>2</sup>.

A presença de populações em alguns castros, na ponta final do Baixo Império, pode e deve considerar-se como algo residual. O que aconteceu em alguns não pode considerar-se extensivo aos demais e que são muitos na região em estudo. A maioria os castros foram-se esvaziando dos seus moradores ao longo do Alto Império, sendo muito

---

<sup>1</sup> Como a escavação desta área está incompleta nada mais podemos adiantar quanto à sua funcionalidade.

<sup>2</sup> É interessante referir que na escavação recente de um casal trado-romano junto à Igreja de Santa Maria de Geraz do Lima (Viana do Castelo) também foram encontrados pesos de idêntica tipologia e acabamento pictórico.

poucos os que continuaram com alguma atividade. Alguns devem ter-se adaptado a *vici*, já que, excluída *Bracara Augusta*, não se conhece na Gallaecia meridional litoral mais nenhum centro administrativo, vulgo aglomerados secundários (Perez Lousada, 2002) capazes de apoiar as populações, algumas delas a distar mais de trinta quilómetros da capital. Nesta lista incluímos São Lourenço, tal como a *Cidade Velha* de Santa Luzia ou mesmo Castelo de Neiva, sendo presumível que tenham exercido a função de centros intermédios de apoio, um pouco à imagem do que hoje fazem os serviços municipais. É uma hipótese em aberto, mas talvez isso explique a perduração de pessoas e de estruturas em certos castros quando os fundamentos da Cultura Castreja há muito que estavam desmantelados.

Ocupações romanas que fizeram a travessia para a governação suévica e mesmo, depois, para a visigótica, há várias no espaço que estamos a analisar e provam que a transferência do poder fez-se com naturalidade e sem afectar grandemente a estabilidade económica que então prevalecia. Cerâmicas vassouradas, cinzentas com pastas mais finas ou mais gresosas, muros de alvenaria feitos com pedra reaproveitada, com a particularidade de terem fragmentos *de tegula* no miolo, há-os nas ocupações da Agra do Relógio, da Igreja de Santa Marinha de Forjães, do Paço de Vila Cova, isto só para referir as mais emblemáticas e mais próximas (Almeida, 2003) .

A saída de cena da administração romana alterou seguramente a governação da *Gallaecia* meridional, mas não o modo como por aqui se vivia. Os hispano-romanos continuaram a ocupar, talvez, a quase totalidade das propriedades agrícolas, porque os topónimos de origem germânica neste concelho são escassos e tão se podem considerar como sendo coevos da chegada e instalação dos Suevos. Em linhas gerais, topónimos como Esposende, Góios, Gemeses, Forjães e Alvarães<sup>3</sup>, este do outro lado do Rio Neiva, são onomásticos de origem germânica (Piel, 1937), mas a dúvida está em saber distinguir quais são os que aqui se fixaram com os Suevos, dos que entraram na geografia local através da Reconquista Cristã. É certo que em todos estes sítios há restos arqueológicos que se podem atribuir ao mundo romano, mas ao restringirem-se a *tegulae*, a dificuldade em atribuir-lhe uma cronologia aumenta e esta, por si só, está longe de ser a única.

É sabido que a *tegulae* deixou de ser um fóssil diretor seguro para atribuir uma cronologia a um determinado sítio, pelo simples facto de ela ter continuado a ser fabricada para lá do fim da presença romana. As construções de época suévica e mesmo visigótica usaram a telha de tipologia romana como cobertura, como o afixam as escavações feitas no castro de São Lourenço e nos casais da Agra do Relógio, Igreja de Forjães, Santa Maria de Geraz do Lima e Paço de Vila Cova (Almeida, 2003, 293 - 302). A segunda dificuldade reside no facto de não ser possível haver uma analogia temporal, correcta e segura, entre o topónimo e os vestígios.

Ao longo da primeira metade da Alta Idade Média as populações hispano-romanas e depois estas já miscigenadas com os germanas centro-europeias viveram exclusivamente nos campos, quase sempre em dispersão habitacional e muito mais raramente em núcleos concentrados como parece que foi a ocupação da Igreja de Santa

<sup>3</sup> A documentação medieval menciona a *villa Gontemirus* no sopé do Monte Faro. Este território corresponde, no presente, ao lugar de Góios, freguesia das Marinhas.

Maria de Geraz do Lima e alguns pequenos povoados tardo- romanos identificados nas bacias do Lima e Cávado (Almeida, 2003, 395-406). Esta é mais um caso em que a ocupação começou com lavradores indígenas vindos de um castro da Idade do Ferro da região<sup>4</sup> mas que, também, em sucessivas remodelações, se renovou, dando origem a uma vasta ocupação que atravessou toda a administração romana e invadiu o período suévico-visigótico. Este sítio, face à área e à dimensão por onde os vestígios se dispersam, bem pode ser um dos casos em que a concentração de habitações, não necessariamente pertencentes ao mesmo *dominus*, possa ser interpretada com sendo o protótipo de um *pagus* tardo-romano que mais tarde viria a estar na génese da *villa-ecclesia*, porque foi no epicentro desta área arqueológica que nasceu a primeira igreja desta paróquia<sup>5</sup>.

Na área em estudo, o único sítio que podemos considerar, como tendo algumas similitudes, para não dizer muitas, com Santa Maria de Geraz do Lima, é a Igreja de Forjães. Outros sítios, como os adros e imediações das igrejas de São Paio de Antas, Marinhas, igreja antiga de Fão (Barreiras) e Palmeira de Faro, são de análise mais problemática, porque em qualquer um deles não há, nem houve escavações arqueológicas e os vestígios resumem-se, quase que exclusivamente, a fragmentos de *tegulae*.

Já tivemos oportunidade de afirmar que a ocupação de Santa Marinha de Forjães começou com os ditos lavradores castrejos oriundos de um castro da região<sup>6</sup> e que esta, ao evoluir para uma outra no período romano, acabou por se prolongar para a 1ª parte da Alta Idade Média, consoante o comprovam os materiais cerâmicos ali encontrados. Entre eles, dos mais tardios, faremos referência, muito específica, às cerâmicas cinzentas que têm muitas similitudes com as páleo-cristãs de pasta beije e acinzentada, às vassouradas e a outras com cruciformes impressos e que sabemos serem típicas desta fase da Alta Idade Média. Para completar o quadro há que dizer que foi nos terrenos adjacentes e a norte do adro paroquial que foi erguida a primeira igreja da *villa-ecclesia Sancta Marina*, uma das que está na origem da futura paróquia de Santa Marinha de Forjães (Almeida, 2001).

A presença habitacional, em tempo suévico, em antigas explorações romanas está igualmente documentada no Paço de Vila Cova e na Agrado Relógios, mas já o mesmo não poderemos afirmar quanto à *Vila Menedi*, espaço que parece ter sido ermado no final da presença romana - provavelmente não chegou ao começo da conquista muçulmana - talvez porque a proximidade ao mar a colocasse em situação difícil face à instabilidade que então se vivia (Almeida, 2003, 342-349).

Até à formação das paróquias, que ocorre nestas paragens com o advento do século XI, deparamo-nos com um enorme hiato informativo. Teoricamente todo este espaço continuou ocupado pelo menos até à invasão muçulmana, no início do século VIII,

---

<sup>4</sup> Na escavação feita há anos atrás no perímetro desta igreja apareceram restos cerâmicas castrejos e parte de uma casa redonda na vinha que lhe está adjacente a nascente da cabeceira da capela-mor.

<sup>5</sup> Essa é uma dificuldade de monta porque no território desta freguesia, com cerca 8,86 kms quadrados, não há indícios de ter havido um habitat da Idade do Ferro.

<sup>6</sup> Em Santa Eulália de Rio Covo (Barcelos) a situação é bem diferente. Aqui há indícios claros de ter havido um balneário romano, mesmo às portas do adro atual.

mas como a informação arqueológica é escassa, muito pouco podemos adiantar sem entrarmos em especulações de duvidosa veracidade histórica.

Toda a orla litoral, entre o Porto e Caminha é um espaço largo, aplanado, com escassos obstáculos orográficos capazes de dificultar e mesmo restringir a progressão/movimentação de um qualquer exército invasor que assentasse parte das suas forças na cavalaria. Não sabemos até onde e por onde progrediram as tropas mouriscas na sua primeira abordagem ao antigo Noroeste Peninsular romano, mas o que parece certo é que as quintas, casais e demais pequenas unidades de exploração agrária terão ficado temporariamente desertas. Os que aqui moravam terão certamente fugido para os montes – os antigos castros eram ainda um bom sítio para se resguardarem – mesmo que a passagem das tropas mouriscas não tenham ocorrido propriamente pelo litoral. Estas suposições retirámo-las nós da ausência de vestígios arqueológicos próprios da cultura muçulmana em sítios anteriormente ocupados e também do abandono de explorações como a Agra do Relógio e de outras ao longo deste litoral. Este sítio revelava-se, à data, demasiado perigoso, porque o inimigo tanto podia surgir por terra via meio-dia, como aproximar-se, com certa segurança, por via marítima. A estas certezas deveremos ainda juntar uma outra. Não há neste espaço territorial indícios toponímicos de origem árabe que justifiquem uma permanência efetiva, após a conquista. Há-os no vizinho vale do Rio Lima – Mazarefes e possivelmente Darque – mas, fora o topónimo, nada mais se encontrou até agora que justifique uma permanência efetiva de tropas e ou de administração moura nestas paragens (Fernandes, 1981, 202-203).

Foi no decurso da 1ª parte da Alta Idade Média que as populações hispano-visigodas dispersas pelo *ager* do antigo *conventus bracaraugustanus* assumiram publicamente a sua afeição ao cristianismo. A prova mais antiga desta filiação à nova fé nestas paragens vem-nos do castro de São Lourenço, através de um *crismón*, grafitado num fragmento de cerâmico, cuja datação ocorre pelo século V o mais tardar VI. Ligeiramente mais tardia, entre o VI e o VII, é placa de cinturão, em bronze, da Quinta do Paço Velho da Facha (Ponte de Lima) encontrada na escavação de um casal tardo-romano/visigótico e que tem gravada a legenda “*Cristo esteja contigo*” em latim, para além, também, do *crismón* (Almeida, 2003, 373; Almeida, 200).

A estas manifestações materiais devem-se juntar outras que não deslustram das cronologias anteriores.

Os arqueólogos que estudaram o eremitério rupestre de Sabariz em Vila Fria (Viana do Castelo) apontam-lhe, como cronologia mais abalizada, os séculos X/XI (Barroca, 1984), mas não será totalmente desconexo que o seu início possa ser ligeiramente anterior (Brochado, 2004) e venha adaptar-se ao começo da Reconquista Cristã da região, tanto mais que há argumentos sólidos e consistentes em que se possa apoiar. Um deles mora, muito próximo, na igreja de São Tiago de Castelo de Neiva. A inscrição aqui encontrada é a prova que nega um ermamento total desta região em anos anteriores aos século X, já que revela que a dita igreja foi consagrada ao apóstolo São Tiago, por volta do ano 862 (Costa, 1958, 119). O outro está na freguesia de Santa Marinha de Forjães.

A intervenção arqueológica ali feita mostrou que muros de uma construção romana fora adaptada a igreja e que no interior da cabeceira semicircular foi instalada uma sepultura de inumação feita com placas de xisto avulsas. As cerâmicas mais



tardias encontradas em redor desta estrutura apontam para os séculos VII/IX, o que cronologicamente até está de acordo com a adopção do culto da virgem e mártir Santa Marinha escolhida para padroeira de uma *ecclesia* construída no meio de um pequeno núcleo agrário, que não tinha, nem foi, necessariamente uma povoação concentrada. O culto a esta virgem e mártir de Antioquia deve ter entrado na escolha dos cristãos peninsulares ao mesmo tempo que o de Santa Eugénia, santa de origem romana identificada com uma outra, de origem oriental, cuja lenda gravita em torno da castidade, já que se reporta a uma mulher escondida sob disfarce masculino num mosteiro de homens. Tal lenda foi igualmente aplicada a Santa Eufrosina, a Santa Pelagia, a Santa Margarida e a Santa Marinha e o seu culto, o de Santa Eugénia, começa a ser mencionado num *oracional* da Terraconense de origem visigótica (Garcia Rodrigues, 1966, 171-172). Embora o documento mais antigo referente a esta *ecclesia* date de 1059 (PMH, DC, CCCCXX) tudo aponta para que os sinais da primitiva igreja sejam anteriores, atendendo ao facto da grande maioria da cerâmica ali encontrada ser anterior ao período mais efusivo e consolidante da Reconquista, ou seja, aqui, entre os séculos X e o XI. Depois, se no último quartel do século IX a igreja de São Tiago de Castelo de Neiva era sagrada, também os moradores do pequeno núcleo agrário da Igreja de Forjães poderiam, pela mesma altura e pelos mesmos motivos, justificarem também, que neste sítio, não havia despovoamento e que dispunham de meios para erigir e sustentar a sua própria *ecclesia*.

Mais recente, parece ser a igreja de São Miguel das Marinhas, já que a primeira referência documental da sua existência data de 1145 (Liber Fidei, 45), embora sob a denominação de São Miguel de Cepães. Só em meados do século XIV é que adoptará a designação oficial de São Miguel das Marinhas, por influência da atividade salineira que então se fazia na orla costeira. O sítio sempre foi o mesmo: a foz do Ribeira de Peralta. Aqui explorou-se o sal em salinas amovíveis e fixas ao longo da 2ª da Idade do Ferro, durante a Romanização e depois ao longo da Baixa Idade Média e a importância de tal atividade foi de tal monta que motivaria a substituição do nome Cepães por Marinhas na designação oficial da paróquia. As razões par tal mudança foram certamente múltiplas, mas não podemos esquecer que, por aquela altura, aquela que se viria a designar por São Miguel das Marinhas deixara de estar circunscrita ao lugar de Cepães, com uma geografia próxima ao mar e à área lagunar que se estendia para norte do Ribeiro de Peralta, para agregar a si, lugares mais interiores como Rio de Moinhos, Pinhote e Monte e até mais distantes como o antigo *Gontemir* transmutado na designação oficial de Goios. Esta área lagunar só muito tardiamente terá secado, a pontos de permitir a utilização daquele espaço como área agrícola. Bastará recordar que na origem do topónimo *Cepães*, está *cepo* ou seja, segundo Almeida Fernandes, um “*local húmido e aquoso onde se criavam por isso árvores entroncadas*” (Fernandes et alii, 1995,69). Ora, conforme sabemos, os recentes estudos de Helena Granja demonstram que toda aquela área, a norte do Ribeiro de Peralta, era em tempos pré-históricos um espaço coberto de arvoredo, típico de zonas húmidas, sendo que alguns dos ulmeiros foram encontradas na atual praia, na zona de rebentação, em posição de vida (Granja, 1986; 1993, 2013).

Quanto às demais paróquias, algumas são da 2ª metade do século X, nomeadamente a de São Paio de Fão e de São Paio de Antas, sendo que a primeira

esteve, primitivamente, num outro espaço mais próximo ao mar, no lugar das Barreiras (Almeida et alii, 1990, 111-126). Outras, por sua vez, como São Cláudio de Curvos e Santa Eulália de Palmeira de Faro, mostraram também a sua apetência por oragos de origem hispânica. O primeiro deste santos é tido como tendo uma origem leonesa e embora se admita que o seu culto remonte ao período visigótico, ele só se terá difundido a partir do século X (Garcia Rodriguez, 1966, 242-243). Mais consistente é o caso de Santa Eulália, virgem oriunda de Mérida onde foi martirizada e com culto já conhecido e estabelecido naquela cidade desde século IV. A sua difusão para as terras mais setentrionais foi ocorrendo nos séculos que se seguiram, vindo a ser adoptada por numerosas paróquias do velho Entre-Douro-e-Minho, muito provavelmente no rescaldo da descida dos mouros para sul da linha do Tejo (Garcia Rodriguez, 1966, 284-303). No caso vertente de Palmeira de Faro, terra pejada de vestígios arqueológicos que se estendem do Neolítico à Idade Média, não sabemos quando tal aconteceu. No adro e área adjacente, aparece *tegulae*, mas também não sabemos, de verdade, nem a origem dela e tão pouco a sua cronologia.

### **Os caminhos que desenvolveram o território**

A situação geográfica deste espaço territorial sempre beneficiou da aproximação física ao Oceano Atlântico, de ter, pelo menos, um rio navegável em boa parte do seu percurso, de possuir bons ancoradouros na foz dos rios Cávado e Neiva e pequenas enseadas ao longo da costa, nomeadamente na Apúlia, em Fão e na Foz do Ribeiro de Peralta (Marinhas) (Almeida, 2013, 27- 55). Embora as informações sejam muito parcas, esta costa foi visitada por tartéssicos, por cartagineses, por romanos e mais tarde por mouros e vikings. O afundamento na foz do Ribeiro de Peralta de um navio mercante carregado com produtos béticos, é uma prova insofismável que a navegação comercial ganhara outros contornos a partir do momento em que Roma passou a dominar, política e militarmente, o Noroeste da Península.

É uma certeza, quase que absoluta, que à data da chegada dos romanos à *Gallaecia* meridional, não havia uma rede de estradas, digna de tal designação, estruturada em função dos interesses supralocais e muito menos regionais. Para que ela tivesse existido era necessário que o território tivesse estado debaixo da alçada de alguma centralização político-administrativa, o que manifestamente só aconteceu com a criação de *Bracara Augusta*.

Na *Gallaecia* pré-romana não houve uma rede de estradas, antes sendas e trilhos e a ajuizar pelo carro em bronze de Vilela (Paredes), talvez caminhos, caso queiramos tomá-lo como a representativo de uma realidade que podia ser usual em alguns pontos desta parte da *Gallaecia*. Tudo muda de figura, no entanto, se ele for somente o reflexo de uma representação votiva com conotações celticizantes datada do século IV-III aC (Silva, 1986, 262-263). O carácter votivo percebe-se pelas figuras humanas e de animais que intervêm na cerimónia, mas fica de fora a representação de um modelo de carro de transporte, com rodas de arcos circulares, raiados na horizontal, puxado por bovinos. É a representação típica de um modelo de carro que correu toda a Europa da Idade do Bronze à Romanização, usado maciçamente nos meios rurais e que encontrou um fértil campo de ação no velho Entre-Douro-e-Minho até estádios adiantados do século XX.

Olhando para o panorama dos castros galaicos onde se têm feito intervenções



arqueológicas mais ou menos sistematizadas, a realidade aconselha a rejeitar o uso do transporte carrário no interior da grande maioria deles. Primeiro, porque faltam arruamentos compatíveis. Depois é mesmo aconselhável a exclusão de carros de bois como elo de ligação entre os campos de cultivo, as florestas e os castros, pelo simples facto das portas das muralhas não terem sido preparadas para permitir a passagem de veículos com tal tipologia. Finalmente nos arruamentos que davam acesso direto às portas, na generalidade dos casos há obstáculos físicos, como degraus e desníveis de tal monta que nem os carros de bois conseguiam ultrapassar com sucesso. Daí que e como já tivemos oportunidade de o referir, mais que em carros de bois que até poderiam existir nas explorações agrárias de planície do começo da romanização, o mais diverso tipo de bens e de mercadorias viajava no lombo dos animais de tiro, às costas dos homens e à cabeça das mulheres, prática que aliás continuou a ser corrente nos séculos que seguiram (Almeida et alii, 2009, 201-202).

A primeira rede de estradas digna desse nome desta região nasceu com a romanização. Não é uma rede de primeira água, como aquela que se montou em torno de *Bracara Augusta*. Constava antes de uma série de caminhos e de estradas secundárias, algumas delas unindo interesses regionais e até mais distantes. Na sua maioria tinha orientação Norte-Sul e ignoraram, por assim dizer, a capital administrativa da *Gallaecia* meridional. Se excluirmos a probabilidade, nunca provada, da *Per Loca Marítima* se dirigir para a Galiza atual via Rio Cávado e Oceano Atlântico, não encontramos na geografia regional desta parte da *Gallaecia* nenhuma via, suficientemente importante, entre o litoral de Esposende e Braga, que se tivesse destacado antes do nascimento do burgo de Barcelos, que é coevo dos alvares da nacionalidade portuguesa.

Antes do nascimento da rede viária romana podemos afiançar, sem margem para grandes dúvidas, que as sendas e os caminhos de pé posto eram tão velhos quanto o é a presença humana neste espaço. As sepulturas megalíticas, a localização dos menhires e dos povoados pré e proto-históricos tinham caminhos de acesso e de serventia, só que nenhum deles foi suficientemente ousado para garantir a sua imortalidade. Para que isso tivesse acontecido era necessário que as travessias dos rios tivessem sido feitas através de pontes, feitas com materiais duráveis, mas estas só surgiram com a romanização e não em qualquer sítio. Somente nos pontos de maior impacto político-administrativo.

Bastará recordar a escassez de pontes erguidas pelos romanos na *Gallaecia* meridional<sup>7</sup> e nenhuma delas, ao que parece, nesta parcela territorial, para se perceber que, apesar do potencial económico que por aqui havia, mormente o mineiro, até ao começo da Idade Média as travessias dos principais rios fez-se, sempre, com recurso a barcas de passagem. Havia-as no Douro, mas já o Leça era atravessado por duas pontes romanas, uma servindo a estrada *Bracara-Olísipo* na Ponte da Pedra e a outra em Moreira da Maia ou seja na Ponte da Azenha. Estas duas travessias viriam, na Idade Média, serem acrescidas de mais algumas consoante o comprovam as pontes de Moreira da Maia, D. Goimil, Guifões e Matosinhos (Almeida et alii, 2012).

Tanto quanto se sabe o Rio Ave atravessava-se em Vila do Conde em barca de passagem e mais para o interior, havia uma outra, junto à Trofa. Será preciso esperar

---

<sup>7</sup> Conhecem-se, somente, pouco mais de uma dezena de pontes de lavra romana no antigo Entre-Douro-e-Minho.

pelo reinado de D. Afonso Henriques para se começar a levantar a Ponte d'Ave, porque bem mais para montante da Trofa havia uma outra ponte de origem romana, só que sobre o afluente Vizela, em São Tomé de Negrelas, que apesar das reformas e mais reformas ainda hoje funciona (Almeida, 1968).

Sobre o Rio Cávado não se conhece nenhuma ponte de origem romana, nem mesmo na Vila de Prado, o sítio onde passava a Via XIX que ligava a Ponte de Lima e Tuy e para a Portela do Homem no Gerês através da *Via Nova* ou *Geira*. Neste sítio atravessava-se em barca como em tantos outros pontos deste rio (Almeida, 1968), porque as primeiras pontes são de traça medieval. A de Barcelos é do começo do século XIV e a de Prado, embora tenha uma origem medieval, na sua atual feição é obra do começo do século XVII, mais especificamente do reinado de Filipe II de Portugal.

A travessia do Rio Neiva ainda é mais problemática em termos de passagens fixas, porque e apesar de haver uma pequena ponte romana, muito modificada em Goães (Vila Verde) que servia a Via XIX, só no século XVI é que outras duas viriam a ser construídas sobre o seu leito: Ponte das Tábuas (Cossourado-Balugães) e a Ponte de Fragoso (Barcelos)(Almeida, 1968). Quanto ao Rio Lima a situação é bem mais clara, pois foi o único curso de água de maior envergadura que foi atravessado por uma ponte romana de 10 arcos sobre o seu primitivo leito em Ponte de Lima. Esta ponte viria, no começo do reinado de D. Dinis, ser associada a uma outra, de traça gótica, aquela que lá está hoje a marcar o ritmo da paisagem Limiana (Almeida, 2008, 53-67). Mais a montante acrescentou-se uma outra em Ponte da Barca, na ponta final da Idade Média, porque as restantes travessias fizeram-se até tempos recentes, à moda do Rio Cávado: por barcas de passagem. Destas, uma das mais importantes até à construção da primeira ponte de madeira, foi aquela que drenava o trânsito entre a Capela de São Lourenço em Darque e o burgo de Viana do Castelo (Almeida et alii, 2009, 242-243).

Muito provavelmente, a mais importante via que atravessava esta região, era a que corria pelo litoral, desde as margens do Rio Douro até Caminha. Em meados do século XIII esta estrada era conhecida, na parte meridional do atual concelho de Vila do Conde, como *Via Veteris*, pelo menos até ao curso do Rio Ave que transpunha no sítio onde se construiu, em tempo do reinado de D. Afonso Henriques, a Ponte d'Ave. É um traçado muito bem conhecido, com variantes pós-romanas, mas que não desvirtuaram a sua matriz original. Nasceu para servir as muitas explorações agrárias que foram surgindo ao longo do percurso, ao mesmo tempo que servia os diversos povoados castrejos, ainda em funções, postados na proximidade da orla litoral.

Foi através desta estrada que habitats castrejos com sintomas de romanização – castro Boi (Vairão), Bagunte, Terroso, Estela, Outeiro dos Picoutos, São Lourenço, S<sup>a</sup> da Paz, Cova da Bouça, Subidade de Belinho, Castelo de Neiva, N<sup>a</sup> Senhora do Crasto, Monte Árculo, “cidade velha” de Santa Luzia, Cidade de Âncora, etc. - comunicaram entre si, fizeram circular bens, pessoas e mercadorias. Foi sempre dúvida alguma, uma ligação de enorme importância, riscada na plataforma alta da orla litoral, próxima da encosta da arriba, facto que está bem expresso no seu traçado entre o Rio Cávado e o Rio Minho, a coberto das variações do nível da água do mar, dos terrenos ainda encharcados ou demasiado húmidos da planície costeira e dos ventos, que mesmo que fossem moderados, sempre poderiam colocar entraves sérios à circulação.

Foi na periferia desta estrada, na passagem do 1<sup>o</sup> para o 2<sup>o</sup> milénio, que nasceram

quatro casas conventuais: São Salvador de Moreira, São Salvador de Vairão, Simão da Junqueira e São Pedro de Rates. Mais adiante e já próximo ao Rio Cávado havia o convento de São Salvador de Banho (Vila Cova) e corria no epicentro da exploração aurífera da Lagoa Negra, sendo credível que fosse por ela que se fazia a triagem do minério, pelo menos até ao rio Cávado.

A Barca do Lago era o ponto fulcral desta travessia. Só muitos séculos depois, já no século XVIII, é que uma variante a esta estrada começou a ganhar expressão ao atravessar o mesmo rio na vila de Fão. Será ao lado, na centúria seguinte, que nascerá a ponte metálica D. Luís Filipe, a servir o traçado da Nacional 13 que veio substituir o velho traçado romano-medieval.

Feita a travessia numa barca, cujo modelo perdurou até à entrada do século XX, a estrada tomava duas orientações distintas. Uma seguia sempre em frente, sempre encostada à base da arriba, que nunca abandonará até atingir a atual Vila de Caminha (Almeida et alii, 2009, 242-243). A outra flectia para o interior para contornar o planalto de Vila Chã e descer, serpenteante, para a travessia do Rio Neiva em Fragoso, talvez para o mesmo local onde séculos mais tarde, pelo século XV/XVI, nasceu a ponte de pedra que hoje é somente pedonal. Esta estrada, deveras interessante pela forma sinuosa, sem ser cansativa, como aborda a aba nascente do planalto de Vila Chã onde coexistem cerca de duas dezenas de sepulturas megalíticas, um povoado calcolítico, um castro, que é o de São Lourenço, diversas explorações romanas e tardo-romanas, tem seguramente uma matriz romana, sem excluir a hipótese de ela ser ainda mais anterior. Na descida para o Rio Neiva passava na periferia de um outro castro, o de Palme, localizado no cimo de um monte que está sobranceiro ao convento beneditino. Ora a estrada passa, precisamente, entre os dois. Daqui para a travessia do Rio Lima, no local da *Passagem* em Moreira de Geraz do Lima, o traçado é conhecido, pois está balizado por menires, castros, ocupações romanas e tardo-romanas, todos nascidos à sombra tutelar de um velho caminho de colonização regional (Almeida et alii, 2009, 207-209).

### **Bibliografia**

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de et alii – *Necrópole Medieval das Barreiras – Fão*, in Boletim Cultural de Esposende, Vol. 17, Esposende, 1990 – 1992.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – *Santa Marinha de Forjães, Memórias de uma Paróquia do Minho*, Forjães, 2001.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – *Povoamento Romano do Litoral Minhoto entre o Cávado e o Minho*, Vila Nova de Cerveira, 2003.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – *A exploração do sal na costa portuguesa a Norte do Rio Ave. Da Antiguidade Clássica à Baixa Idade Média*, in I Seminário Internacional sobre o Sal Português, Instituto de História Moderna, FLUP, Porto, 2005.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de - *Alterações ao povoamento indígena no início da romanização. Ponto da situação no conventus bracaraugustanus*, in Boletim Auriense, Ourense, 2003.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado - *As ocupações romano-visgóticas da bacia inferior do Rio Neiva*, in Arquitectando espaços: da natureza à Metapolis, Porto/Coimbra, 2004.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de et alii – *Ponte de Lima, uma vila histórica do minho*, Ponte de Lima, 2007.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – *A Ponte Romano-Gótica de Ponte de Lima*, Ponte de Lima, Terra Rica da Humanidade, Ponte de Lima, 2008.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; ALMEIDA, Pedro Miguel Dias Brochado de – *Sítios que Fazem História, Arqueologia do Concelho de Viana do Castelo, II, Idade Média à Actualidade*, Viana do Castelo, 2009.

ALMEIDA, Pedro M. Dias Brochado de – *Caminhos Portugueses de Peregrinação – O Caminho do Litoral para Santiago*, ISMAI, Maia, 2012.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – *O concelho de Esposende: da pré-história à antiguidade clássica*, in *O Irado Mar Atlântico. O Naufrágio Bético Augustano de Esposende (Norte de Portugal)*, Braga, 2013.

ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de – *Vias Medievais de Entre-Douro-e-Minho*, policopiado, FLUP, Porto, 1968.

BARROCA, Mário Jorge – *Escavações arqueológicas no eremitério rupestre de Sabariz (Vila Fria – Viana do Castelo)*, in *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Medieval Espanhola*, Huesca, 1984.

BROCHADO, Cláudio – *Povoamento Tardo-Romano e Altomedieval na Bacia Terminal do Rio Lima (séculos IV/XI)*, tese de mestrado, FLUP, Porto, 2004.

COSTA, Avelino de Jesus da – *O Bispo D. Pedro e a Reorganização da Diocese de Braga*, Coimbra, 1958.

FERNANDES, A. de Almeida - *Toponímia Vianense*, in *Cadernos Vianenses*, Vol. V, Viana do Castelo, 1981.

FERNANDES, A. de Almeida; SILVA, Filomeno – *Toponímia Arouquense*, ADCA, Arouca, 1995.

GARCIA RODRIGUEZ, Carmen – *El culto de los santos en la España Romana y Visigoda*, Madrid, 1966.

GRANJA, Helena Maria L. P. - *A História Geológica Recente da Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende e o seu Futuro*, in *Actas do 2º Congresso de Áreas protegidas*, Lisboa, 1986.

GRANJA, Helena Maria L. P. - *Os conhecimentos actuais sobre o Holocénico do Noroeste de Portugal*, in *O Quaternário em Portugal, Balanço e Perspectivas*, Lisboa, 1993.

GRANJA, Helena Maria L. P. – *Reconstituição paleoambiental do holocénico final*, in *O Irado Mar Atlântico. O Naufrágio Bético Augustano de Esposende (Norte de Portugal)*, Braga, 2013.

MARQUES, Marta Sofia Alves de Miranda – *O povoamento litoral entre o Cávado e o Lima: das origens às invasões árabes*, Tese de doutoramento, FLUP, Porto, 2013.

PÉREZ LOSADA, Fermín – *Entre a Cidade e a Aldeia*, in *Brigantium*, Vol. 13, A Coruña, 2002.

PIEL, Joseph M. – *Os nomes germânicos na toponímia portuguesa*, Lisboa, 1937.

SILVA, Armando Coelho Ferreira da – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, 2007.



Fivela oriunda do Paço Velho, Facha (Ponte de Lima).

